

Saúde precária

A classificação do Brasil em 125.º lugar no ranking do Relatório sobre a Saúde no Mundo, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), certamente deve ser motivo de preocupação para todos os brasileiros e, em especial, para as autoridades, especialistas e profissionais do setor.

Segundo o estudo, que pela primeira vez compara os sistemas de saúde em diferentes países, não é apenas do volume de dinheiro gasto com assistência médica e hospitalar que depende o desempenho satisfatório dos sistemas. Tanto é assim que os Estados Unidos, o país que mais gasta em saúde, ficaram em 37.º lugar e a Grã-Bretanha, onde os gastos com saúde são considerados baixos, classificou-se na 18.ª posição, enquanto a França garantiu a primeira colocação entre os 191 países membros da OMS.

Os dados utilizados no estudo referem-se ao ano de 1997 e a conclusão mais importante, segundo um diretor da OMS, é que existem condições em todos os países para melhorar o sistema de saúde. O índice de desempenho empregado pelo ranking foi desenvolvido para avaliar como cada país usa os recursos de que dispõe. Ou seja, a OMS quis apenas oferecer alguns indicadores para ajudar todos os países a elevar a oferta e a qualidade dos serviços de saúde. Nada além disso.

Por esse motivo, causa estranheza a reação do ministro da Saúde, José Serra, e de alguns integrantes de sua equipe ao estudo da entidade internacional da saúde. Em declarações à imprensa, o ministro procurou mostrar que a responsabilidade pela má posição do Brasil nas estatísticas internacionais não é do seu ministério e sim da "profunda desigualdade" na distribuição de renda, da semiparalisação dos investimentos em saneamento, direta-

mente relacionados com a mortalidade na infância e a doenças contagiosas em geral, e da clara insuficiência dos orçamentos da saúde.

Na mesma linha, os auxiliares do ministro tentaram desqualificar o estudo da OMS, afirmando que ele levou em conta dados de mortalidade infantil referentes a 1996 e cobrindo apenas as Regiões Norte e Nordeste, em vez de usar números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O ministro e sua equipe parecem não ter entendido a finalidade do estudo da OMS, que é fornecer subsídios para as políticas públicas na área de saúde. Em vez de adotar uma atitude defensiva, seria bem melhor que o Ministério da Saúde apresentasse ao País a sua avaliação do sistema nacional de

saúde, que inclui não só o Sistema Único de Saúde, responsável pelo atendimento de 74% da população, como a chamada medicina supletiva (planos e seguros-

saúde), que presta assistência a 26% dos brasileiros.

É claro que é importante saber como o sistema de saúde brasileiro se compara aos de outros países, mas mais importante ainda é saber como o governo avalia aquilo que ele próprio está fazendo para a melhoria desse sistema. Igualmente relevante seria mostrar aos brasileiros como e por que a qualidade e a quantidade da assistência médico-hospitalar variam de região para região, no campo e na cidade, no serviço público e no setor privado.

Aos brasileiros interessa muito mais obter respostas a essas dúvidas – e providências que pelo menos atenuem os muitos problemas concretos do atendimento que recebem – do que acompanhar uma polêmica técnica entre o Ministério da Saúde e a OMS, que nada mais fez do que cumprir o seu papel.

Existem condições em todos os países para melhorar a saúde pública